



Ilustríssimos Senhores Julgadores do Núcleo de Auto de Infração da FEAM

12/09/05/05/05
Red. Ruons

CATAUTO CATAGUASES AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ nº 19.526.962/0001-62, localizada na Rua Francisco Rossi, nº 86, centro, CEP 36.770-048, Cataguases - MG, neste ato representado por seu atual responsável legal SÉRGIO GUEDES AMARAL AMORIM, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 106.634.956-87 e do RG nº M-1. 835.900, por intermédio de sua advogada adiante assinada conforme documento procuratório anexo, vem apresentar

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA PENALIDADE APLICADA
c/c PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE TAC

e o faz pelos fatos e fundamentos a seguir declinados.

Inicialmente, destacamos a tempestividade do presente pedido de Reconsideração de penalidade e proposta de realização de TAC, tendo em vista que o ofício foi recebido na empresa Requerente na data de 20/07/09, findando-se a contagem do prazo na data de 09/08/09, domingo. Assim, o prazo

Rua Dr. Sobral, 445, sala 103 – Edifício Vogue – Centro
Cataguases – MG
Tel: (32) 3421 5612

1
[Assinatura]



encerra-se no dia 10/08/2009, segunda-feira, a data este em que a presente foi enviada, conforme protocolo de envio do Correio.

O atual representante da empresa Requerente ingressou em seu quadro societário na 17ª alteração contratual da empresa, realizada em 21 de dezembro de 2004.

Na data de 20 de julho de 2009 foi surpreendido com o recebimento do Ofício nº 00942/2009NAI/DMFA/FEAM, momento em que tomou conhecimento de que sua empresa tinha sido autuada com a lavratura do Auto de Infração nº 1543/2004.

Assim, entrou em contato com a FEAM e teve gentilmente enviado via fax cópia do relatório de vistoria e auto de infração, colocando-se a par da situação de sua empresa.

Tomou conhecimento de que foi realizada vistoria na empresa Requerente em 28 de abril de 2004 (oito meses antes de mudança do quadro social da empresa), na qual foi feito o seguinte sucinto relatório:

“Foi realizada vistoria na qual constatou-se que: 1 – Todas as áreas do empreendimento são concretadas; 2 – Não existe caixa SAO (separadora de água e óleo); a instalação desta caixa irá solucionar o problema da emissão de efluentes oleosos; 3 – O empreendimento realiza apenas lavagem de veículos e troca de óleo a seco, o qual é coletado em tambores e vendidos à Yuiart Lubrificantes LTDA.” (SIC)




O referido Relatório de Vistoria nº 006792/2004 foi assinado por Ademir Santos Costa Fernandes, Gerente de Autopeças na época. Posteriormente, na data de 03 de junho de 2004, foi lavrado o Auto de Infração nº 001543/2004, no qual não consta assinatura de recebimento.

É de suma importância destacar que o atual responsável pelo empreendimento possui total interesse na regularização de seu negócio, de modo não causar qualquer dano ao meio ambiente.

O atual gestor da empresa Requerente jamais se furtou de suas obrigações legais, possui total ciência da função social de sua empresa e plena convicção da importância na implantação da Caixa Separadora de Água e Óleo, que não foi instalada até o momento por total desconhecimento da irregularidade.

Para tanto, traz neste momento uma proposta de regularização de seu estabelecimento com a apresentação da planta de situação do local, com o projeto e cronograma para a instalação da caixa separadora de água e óleo, conforme as exigências legais.

No que tange à aplicação da penalidade da multa no valor de R\$ 3.193,36 (três mil, cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), conforme decidido pela FEAM, é de suma importância frisar a situação que atravessa seu empreendimento. A cidade de Cataguases passou por uma situação de


3



calamidade no fim do ano passado, causada por uma enchente de grandes proporções.

O estabelecimento autuado ficou completamente submerso as águas fluviais que atingiram níveis assustadores, pelo fato de se localizar nas proximidades do Rio Pomba e do Ribeirão Meia Pataca, cursos d'água que margeiam a cidade.

A situação calamitosa que atingiu toda a população colocou a sociedade cataguasense a margem do desespero, que teve que se recompor depois de baixada as águas.

A empresa Requerente ficou totalmente inundada, ocasionando a perda de todo o estoque de peças e todos os documentos fiscais, causando um prejuízo estimado de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme se verifica nos documentos anexos.

Assim, o empreendimento Requerente ainda se recupera do abalo sofrido tentando se estabilizar economicamente, de modo que o pagamento da referida multa impossibilitaria a instalação da caixa separadora de água e óleo.

Destaca-se que já houve gastos com a contratação de um engenheiro para a elaboração do projeto ora apresentado e ainda haverá despesas com custo de material e mão de obra para a instalação da caixa separadora de água e óleo.



A situação excepcional que em que se enquadra o estabelecimento Requerente merece um tratamento diferenciado diante de suas peculiaridades:

- o não conhecimento do Requerente em relação à irregularidade, diante do fato da autuação ter ocorrido antes de sua entrada na empresa;
- a situação que atravessa o empreendimento, pelos danos provocados pela enchente;
- e a embasada proposta de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta para regularização da situação, que torna nítida as intenções do Requerente.

Assim, e perfeitamente plausível o pleito da conversão da multa para construção da caixa "SAO", sob pena da impossibilidade financeira de realização da obra.

Por todo o expendido requer que seja **firmado um Termo de Ajustamento de Conduta** no qual a empresa autuada se obriga a realizar a devida instalação da Caixa Separadora de Água e Óleo nos moldes e cronograma do projeto apresentado, diante da conversão do valor da multa para a realização da obra.


Na certeza de que haverá deferimento do requerido, coloca-se à disposição desta instituição para qualquer proposta de alteração dos moldes propostos para a realização da TAC.




Ainda, em razão da azáfama na qual se providenciou os elementos para o oferecimento da presente proposta, a procuração concedendo poderes para representação da empresa não foi assinada. Seu representante legal na data finda do prazo não se encontrava na cidade, razão pela qual foi impossível a assinatura do competente instrumento procuratório. Não obstante a este inoportuno, envia-se tempestivamente o presente requerimento, rogando pela sua apreciação e deferimento, com a certeza de que a devida procuração será enviada no máximo em 5 (cinco) dias.

Termos em que pede deferimento.

Cataguases, 06 de agosto de 2009.


Patrícia de Oliveira Barbosa
OAB/MG 116.089


Cecília de Araújo Lima
OAB/MG 16.739E